

Tem política na polícia

Samanta Sallum
Clarissa Lima
Da equipe do **Correio**

Beto Barata 25.8.00

Falta de comando, excesso de politização da tropa e falha do governo ao tratar de forma diferenciada as polícias Militar e Civil.

Sempre foi assim: as duas forças policiais se digladiam e não admitem interferência. Mas esses fatores levaram os policiais militares a passarem por cima do código de disciplina e, numa ousada ação, invadirem uma delegacia para resgatar o colega detido, empunhando armas e atirando.

O que hoje pode-se chamar de polícia politizada começou a se formar a partir da Constituição de 1988, que garantiu o direito de voto aos praças — soldados, cabos, sargentos e subtenentes. Foi quando a Polícia Militar se transformou num caldeirão político e berço de candidatos. Somente na eleição passada, 40 policiais disputaram um mandato de deputado distrital no DF. A maioria era de praças. Nos últimos doze anos, a PM elegeu três deputados distritais e um federal. E são esses representantes políticos os responsáveis por definir os rumos da corporação.

O deputado federal Alberto Fraga era o padrinho político do ex-comandante, o coronel Antonio Ribeiro. Agora, o rumo é ditado pelo deputado distrital João de Deus, responsável pela indicação do novo comandante, o coronel Ruy Sampaio. Não por menos, Fraga é um dos incentivadores do movimento grevista entre os policiais. Por trás dos deputados, está o grande articulador político da segurança pública, coronel César Caldas, chefe da Casa Militar. É uma espécie de eminença parda.

Nos bastidores, é quem dita os rumos da PM para o governador Joaquim Roriz, seu amigo particular. Em conversas reservadas, oficiais da PM reclamam da influência dos deputados na corporação. “São responsáveis por indicações e promoções sem merecimento”, comentam. No último 25 de agosto, o governador Joaquim Roriz promoveu dez coronéis. Todos por merecimento e nenhum por antiguidade. Esses são, oficialmente, os dois critérios para a promoção na PM.

“A politização dentro da instituição, que detém uma força letal, é muito perigosa. A política deveria ficar em nível individual e não tomar contornos corporativistas”, avalia o cientista político e professor da UnB, David Fleischer. Para ela, a solução é a unificação do comando das polícias. “Com um comando único



GOVERNADOR JOAQUIM RORRIZ, NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA SEGURANÇA EM AÇÃO. PARA A POLÍCIA MILITAR, FALTAM MELHORIA DE SALÁRIO, ESCALAS QUE PERMITAM BICOS E COMANDO

não haveria esse tratamento diferenciado”, defende.

Foi por causa do movimento de desmilitarização e unificação das polícias que o deputado distrital João de Deus e outros nove colegas foram expulsos em 1993 da PM. Na época, João era 2º sargento e foi um dos líderes da manifestação que levou 2 mil policiais para frente do Congresso em 1992 com objetivo de apoiar o projeto de desmilitarização da PM. Outros 40 policiais foram punidos com 30 dias de cadeia. Menos de um ano depois, João de Deus foi eleito deputado distrital com mais de 10 mil votos obtidos dentro da corporação. E reeleito no último pleito.

SEM OS BICOS

Arivalidade entre as duas polícias foi acirrada depois que os civis, há 20 dias, receberam reajuste salarial. A PM quer o mesmo tratamento. O reajuste salarial foi gotejando

para a tropa que já estava insatisfeita com a nova escala de serviço, criada pelo comandante, o coronel Ruy Sampaio.

O ritmo agora é oito horas trabalhadas para cada quarenta de folga. Antes, cada batalhão montava sua escala, bem mais flexível. A rígida escala dificulta bicos, trabalhos-extra de segurança privada exercidos por boa parte dos policiais. Sem aumento de salário, nem a complementação dos bicos, os PMs viram motivos de sobra para agir desordenadamente, além da insatisfação com o novo comandante.

O comando alega que, com a nova escala, quer acabar com regalias. Os policiais não gostaram da unificação, até porque a escala de trabalho dos policiais civis é de 24h por 72h. “Essa é uma panela de pressão que vem fervendo há muito tempo. A PM é uma instituição muito poderosa, que como a Polícia Civil, age por puro corporativismo. É preciso rígido controle interno para colocar um

freio nisso. É uma questão que passa pelo respeito à autoridade”, aponta Claudio Beato, coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 1997, a PM de Minas enfrentou um dos mais trágicos movimentos grevistas, que acabou na morte de um policial.

“Alguns líderes insuflam a tropa só para se promover e podem arrastar a categoria ao abismo. Mas não significa que por isso os policiais não possam ter representação política”, defende o deputado distrital João de Deus (PDT).

“Dizem que sou o insuflador. A PM é vítima de uma ação arbitrária da Polícia Civil e agora sai como vilã da história, o que é injusto. Não dá para negar que existe disputa de poder entre as duas. Mas é a PM que está sendo desprestigiada e provocada pela Civil”, destaca o deputado Alberto Fraga, ex-coronel da

PMDF e relator da Comissão Especial de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Fraga, entretanto, reconhece que houve excesso dos PMs na invasão da 26ª DP. “Os policiais naquele dia agiram com bando armado que não tinha comando. Foi a clara demonstração de falta de autoridade”.

O episódio coleciona críticas. “O que aconteceu é inaceitável. Os responsáveis devem ser punidos com rigor. Mas o GDF também tem responsabilidade nisso ao provocar a indignação da PM dando tratamento diferenciado à Polícia Civil. A PM se sente desprestigiada e com razão”, comenta deputado Marcos Rolim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

O coordenador da Crisp aponta a necessidade de um canal mais aberto de diálogo entre o alto comando e a corporação. “Os policiais militares precisam ter um meio para expressar sua insatisfação para evitar atos radicais

como aconteceu no DF. Assim também ficarão menos vulneráveis às lideranças impulsionadas por interesses políticos”, diz o sociólogo Claudio Beato. “O que não pode acontecer é o comando achar ou fingir que comanda. E os policiais na ponta agirem como querem. É preciso mais integração”, completa.

“A formação do PM está melhor. Exige mais conhecimento. Não são mais meros soldados cumpridores de ordens.”, defende o coronel João Vítola, o assessor de comunicação da Secretaria de Segurança Pública e ex-diretor da Academia da Polícia Militar. O curso de formação, nos últimos anos, passou de seis meses para um ano.

Na próxima segunda-feira, o governador Joaquim Roriz, que não acredita em crise na segurança, tem mais uma chance de acalmar a caserna. Vai novamente ao Palácio do Planalto tentar obter recursos para garantir o aumento salarial dos PMs.